

Mais de 3 mil usavam médico, sem direito

BRASÍLIA — Cerca de três mil pessoas estavam sendo atendidas pelo Serviço Médico do Senado, sem qualquer direito a tal benefício, o que acarretava custos de Cr\$ 700 milhões por ano. Os funcionários da Casa receberam ontem, anexado ao contra-cheque, o novo regulamento da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, baseado em Ato da Mesa, após a constatação de tal irregularidade.

O Ato faz parte de uma série de medidas que a gestão do Senador José Fragelli, Presidente do Senado, vem desenvolvendo no sentido de conter despesas e conferir maior austeridade aos serviços do Senado.

Neste trabalho, Fragelli verificou, por exemplo, que um casal de funcionários está há três anos "esquecido" no Exterior, recebendo pelo Senado. O casal — filho e nora de um ex-Diretor da Casa — iria fazer um curso de mestrado. O Presidente determinou o imediato

retorno dos servidores e investigará se realmente eles fizeram o Mestrado.

Outra providência foi a de pagar aos parlamentares e funcionários em maio apenas as diárias — gratificação de desempenho das sessões extraordinárias realizadas — o que acarretou uma grande redução em seus vencimentos.

No início da gestão do Senador José Fragelli — que assumiu dia 1 de março, houve também uma redução dos textos impressos no Centro Gráfico (CEGRAF) do Senado, que estava sendo utilizado para publicações que nada tinham a ver com a Casa. Além dessa medida, diminuiram-se os gastos com lanches e material de expediente, que segundo fontes do Senado estavam sendo desviados para uso escolar.

Uma outra medida refere-se aos carros oficiais a serviço dos setores administrativos da Casa: elas devem ser recolhidos após o expediente.